

## EDITORIAL

A Faculdade São Francisco de Barreiras finaliza o ano de 2017 demonstrando, mais uma vez, o seu compromisso com a produção de conhecimento científico na área jurídica. É o que comprova a publicação da segunda edição da Revista Campo Jurídico deste ano, por meio da qual foram selecionados cinco artigos, com o objetivo de contribuir para uma melhor formulação dos desafios e fenômenos jurídicos atuais.

Em meio aos artigos recebidos para a avaliação, estes destacaram-se pela originalidade com que abordam os seus objetos de estudo, além, é claro, pela pertinência das suas considerações, avaliada por um grupo distinto de colaboradores, sem os quais esta edição não se tornaria possível.

A revista Campo Jurídico possui dois eixos temáticos. O primeiro deles, “Direito, Sociedade Agrária e Ambiente”, justifica-se pela importância do agronegócio no que diz respeito às atividades econômicas não apenas da cidade de Barreiras/BA, mas de toda a região Oeste do Estado da Bahia. Refletir sobre questões agroambientais é, aliás, uma necessidade urgente em todos os estados que integram a Federação, uma vez que o rico potencial energético e agropecuário do território brasileiro demandam, conforme determina a Constituição (BRASIL, 1988), uma exploração sustentável, que garanta à sociedade, não apenas desenvolvimento econômico, mas também um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Nesse sentido, o trabalho “Silêncios no âmbito rural propagam as injustiças: homicídios tentados e consumados em Jussara/Goiás”, de autoria de Adenisia Alves de Freitas e Flávia Sousa Oliveira, além de denunciar a insegurança e a violência

vivenciadas no campo brasileiro, atenta, resolutivamente, para algumas de suas especificidades, como, por exemplo, a violência de gênero, a fim de auxiliar no processo de prevenção e punição destes crimes na área rural.

O segundo trabalho a integrar o eixo temático referido, “Vida e trabalho do agricultor familiar: intervenção através de direitos e políticas públicas”, possui os seguintes autores: George Andre Lando, Elaine Ferreira do Nascimento, Liana Maria Ibiapina do Monte, Lucinete Cruz Machado, Ione da Silva Cunha, Luciana Cristina da Silva Nascimento, Alessandro Pelópidas Ferreira Queiroz. Nele, os autores analisam a importância da agricultura familiar, bem como as dificuldades encontradas pelos agricultores, para sustentar a juridicidade da implementação de políticas públicas capazes de tutelar e promover os direitos e garantias fundamentais das pessoas que vivem e trabalham na zona rural.

Em “Competividade da agropecuária brasileira: uma análise juseconômica”, terceiro e último artigo dedicado ao eixo de direito agrário, Joedson de Souza Delgado analisa a pujança da produção agropecuária nacional, avistando-a como um importante vetor de desenvolvimento social, sobretudo no âmbito da produção de grãos, onde o Brasil revela a relevância do seu potencial produtivo no comércio internacional de alimentos.

O segundo eixo temático da Revista Campo Jurídico é aquele destinado aos debates sobre Teoria Jurídica e Evolução Social. Neste campo, especificamente, insta observar, a princípio, a insuficiência de pesquisas no âmbito jurídico pátrio voltadas à discussão dos limites conceituais da ciência jurídica. Daí a importância em fomentar, especificamente, a produção de conhecimento jurídico nessa área.

A categoria Teoria Jurídica é, sem dúvidas, muito ampla, de modo que não há produção científica no Direito que não a contemple. Entretanto, no plano epistemológico, seria possível delimitar a sua abrangência aos estudos feitos, em sua maioria, pelos filósofos do Direito, sobre as relações entre ontologia jurídica e deontologia, desenvolvidas pela tradição jurídica ao longo da história do Direito. Por isso, o segundo eixo da revista aborda, também, a evolução social dos institutos e técnicas do Direito.

O único artigo desta edição voltado para o tema da Teoria Jurídica intitula-se “A lei como principal fonte formal estatal”, de autoria de Reis Friede e Flávio Humberto Pascarelli Lopes. Nele, os autores observam a primazia do direito legislado enquanto fonte formal do Direito, o que não representa, de modo algum, um descompasso com as teorias pós-positivistas do Direito que, ao invés de desconsiderarem a imperatividade da legislação vigente, reforçam a sua importância, para que a segurança jurídica e a pacificação social sejam objetivos exequíveis e consensuais.

Por fim, uma importante iniciativa dos membros do corpo editorial da *Campo Jurídico*, foi a preservação de um espaço, na própria revista, destinado à publicação de trabalhos de autoria de alunos da Faculdade São Francisco de Barreiras. Para além da mobilização que esta oportunidade traz aos discentes, nota-se a qualidade da produção acadêmica da Faculdade, o que gera um imenso orgulho à toda a equipe de profissionais e educadores envolvida na formação jurídica dos discentes.

Assim comprova o trabalho “Teoria da anomia e a aparente desorganização social nas ruas da cidade de Barreiras, oeste da Bahia: uma análise dos fatores criminógenos”, de autoria da discente Jéssica Taynara Oliveira dos Santos e do

eminente professor da FASB, Aderlan Messias de Oliveira, no qual analisa-se desde um ponto de vista interdisciplinar os fenômenos criminais ocorridos na cidade de Barreiras/BA.

Diante dessa breve apresentação, defendo a qualidade dos trabalhos publicados nesta edição da revista, ciente de que a sua leitura será uma experiência bastante produtiva e enriquecedora.

A todas e a todos, boa leitura!

**Marcos Silva Marinho**

Editor da Revista Campo Jurídico  
Faculdade São Francisco de Barreiras

Dezembro de 2017